

Sumário

1 Introdução	1
2 O Processo Penal no Decorrer da História: A Alternância Entre o Sistema Inquisitivo e Acusatório e o Estado Democrático de Direito	7
2.1 Natureza jurídica do processo: da concepção contratualista ao devido processo penal constitucional	8
2.2 O processo penal e seu desenvolvimento nas civilizações ao redor do mundo.....	15
2.3 O processo penal e seu desenvolvimento no Brasil.....	29
2.4 Função e fundamento do processo penal acusatório	37
2.5 A dignidade humana e a legalidade como princípios basilares do fundamento de existência do processo penal em um Estado Democrático de Direito	40
2.6 Do Estado de Direito ao Estado Democrático de Direito: a lei a ser obedecida.	47
3 Da Inexistência de uma Teoria Geral do Processo: Um Necessário Estudo do Processo Penal a Partir de suas Próprias Categorias.....	53
3.1 Da tríade estruturante diferenciadora entre processo civil e processo penal: a jurisdicionalidade, a liberdade e a desnecessária lide (em que pese o esforço de Francesco Carnelluti)	56
3.2 Demais questões apontadas como elementos distintivos: das condições da ação ao aspecto probatório	64

4 A Tutela Cautelar no Processo Penal	77
4.1 Características da tutela cautelar no processo penal.....	77
4.2 Do panorama antes e depois da Lei n. 12.403/2011: do binômio prisão-liberdade à multiplicidade das medidas cautelares pessoais previstas em lei. A Lei n. 13.964/2019 como reforço ao desencarceramento preventivo	81
4.3 Do aspecto principiológico das medidas cautelares pessoais: a prisão como a ultima ratio	86
4.4 Da análise concreta das medidas cautelares pessoais: requisitos, pressupostos e hipóteses de cabimento	91
4.5 As medidas cautelares pessoais no ordenamento jurídico estrangeiro: taxatividade, excepcionalidade da prisão preventiva e rol de medidas disponíveis.....	96
4.5.1 Portugal	97
4.5.2 Itália	100
4.5.3 França	103
4.5.4 Alemanha	105
4.5.5 Estados Unidos da América	108
4.5.6 Uruguai	111
4.5.7 Chile	113
4.6 O poder geral de cautela no âmbito processual civil estrangeiro: argumento a reforçar a inexistência de uma teoria geral do processo	117
4.7 Da omissão referente à taxatividade das medidas cautelares pessoais: analogia ao processo civil?.....	120
5 O Poder Geral de Cautela no Processo Penal: Da Teoria à Prática Judiciária.....	123

5.1 O poder geral de cautela e sua previsão normativa no Brasil: da aceitação ampla no campo cível ao silêncio dos Códigos de Processo Penal.....	124
5.2 O silêncio histórico dos Códigos de Processo Penal nacionais: lacuna normativa ou desnecessidade? Conclusão inicial pela vedação do poder geral de cautela no processo penal	127
5.3 Da mitigação da conclusão assinalada: o poder geral de cautela pro reo	134
5.4 O poder geral de cautela na prática judiciária	141
5.4.1 Das medidas cautelares pessoais alternativas à prisão	142
5.4.2 Da regressão cautelar nos processos de execução penal	147
5.4.3 Da concessão de liminar em habeas corpus.....	157
6 Conclusão	165
Referências.....	169